

## **“O que se quer com a reforma da Previdência? Comentários sobre regime de capitalização e o avanço das finanças”**

*Denise Lobato Gentil<sup>1</sup>*

A ideia central que se tenta repassar é a de ajuste fiscal. O gasto com a Previdência Social saiu do controle e precisa ser comprimido, dizem os condutores da política econômica. Para mais de 27 milhões de pessoas, para quem a aposentadoria é uma renda de sobrevivência, essa afirmação é considerada uma ameaça. Governos anteriores já fizeram muitas reformas. Porém, dois passos foram decisivos para a acentuada queda do gasto previdenciário no futuro (logo, para a ruína de uma parte importante da população, já que a queda do gasto significa redução da renda).

O primeiro deles, foi dado quando se fez a regulamentação da FUNPRESP em 2013, durante o governo Dilma Rousseff. Naquela ocasião, houve a unificação dos dois regimes de previdência e, assim, os servidores públicos federais passaram a receber um benefício semelhante ao dos trabalhadores da iniciativa privada. Daí para frente, os que puderem e desejarem receber uma aposentadoria acima do teto do INSS, estipulado, para 2019, em R\$5,8 mil, podem se vincular a um plano de capitalização exclusivo – o ExecPrev (do Poder Executivo) ou LegisPrev (do Poder Legislativo). Portanto, a proposta de reforma do governo Bolsonaro, ao contrário do discurso oficial, não irá fazer a unificação dos regimes de previdência no Brasil, porque esta já ocorreu há seis anos atrás. Não irá, também, implantar o regime de capitalização para os servidores, porque já está em funcionamento. Portanto, há muitas bravatas.

O segundo passo foi dado durante o governo Temer, em 2017 – a implantação da reforma trabalhista. Com a mudança radical na CLT e a brutal desvalorização da força de trabalho, o objetivo era supostamente gerar mais contratações, mas, até agora, o país enfrenta a escalada do desemprego, da informalidade e do desalento, que bloqueiam as contribuições para a Previdência. Se não há contribuição previdenciária, não haverá aposentadoria e, portanto, o gasto público com idosos irá desabar. A reforma trabalhista foi a mais devastadora forma de redução do orçamento da seguridade social. Nenhuma reforma neoliberal poderia ser mais eficiente. Entretanto, os brasileiros não descansam. É preciso cortar mais. Estamos diante da PEC nº 6/2019. O que ainda desejariam os reformadores se o ajuste fiscal já está bem “encomendado” com a FUNPREST e a reforma trabalhista?

A resposta já foi descoberta, mas não custa alertar mais uma vez. Os agentes do sistema financeiro não escondem seus objetivos: é a implantação do regime de capitalização

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia, professora do Instituto de Economia da UFRJ. Autora do livro “A política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social Brasileira: uma história de desconstrução e de saques”, Editora Mauad X.

para todos, em substituição ao regime atual de repartição simples. A capitalização não será complementar, mas o único sistema remanescente. Isto porque com o desmantelamento do mercado de trabalho produzido pela reforma trabalhista, juntamente com a implantação, num futuro próximo, da carteira verde e amarela, os trabalhadores não terão a opção de entrada no regime de repartição. Os empregadores, obviamente, não escolherão contribuir para a seguridade social se poderão se eximir de fazê-lo. Além de pagarem o mais baixo salário que puderem arrancar, vão também nutrir o mais elevado desprezo pelo sistema público para o qual desejam a mais rápida extinção. Os trabalhadores, oprimidos pelo alto desemprego e baixa remuneração, dificilmente conseguirão poupar para o futuro. É assim que poderá entrar em fase de implantação no Brasil o mesmo sistema fracassado do Chile, onde 80% das aposentadorias são inferiores ao salário mínimo e 44% estão abaixo da linha de pobreza. Mas, é extremamente rentável às Administradoras de Fundos de Pensão (AFP). A taxa de reposição é, em média, de apenas 35%. O desastre dos sistemas de capitalização já deixou rastros e fez com que 18 dos 30 países onde foram implantados os revertissem. Um estudo recente da OIT<sup>2</sup> analisou o resultado desses sistemas privados na América Latina e em países do leste europeu apontando reduzida cobertura, baixíssimos benefícios, elevados custos administrativos e impactos sociais negativos. O governo brasileiro, ignorando a realidade, colocou na PEC da Previdência essa armadilha para os mais pobres e, com despudor, alega que vai “atacar privilégios”.

As afrontas aos cidadãos brasileiros não acabam aqui. Resta saber se depois de tanto sacrifício social o resultado fiscal dos experimentos de privatização da Previdência pelo mundo seriam favoráveis. Supostamente, os regimes de capitalização seriam sustentáveis e trariam um alívio aos cofres públicos, afinal, esse é o objetivo central da reforma. O referido estudo da OIT, entretanto, relata um cenário oposto. As finanças públicas se deterioraram significativamente como resultado dos altos custos de transição dos regimes de repartição para a capitalização. Estes custos, sempre subestimados pelos tecnocratas dos vários governos que empreenderam as reformas, são provenientes de duas fontes. Em primeiro lugar, os governos têm que reconhecer os direitos às contribuições efetuadas pelos segurados ao anterior sistema de repartição. Em segundo lugar, a transferência das contribuições para o novo sistema privado de capitalização gera um déficit no sistema de repartição antigo, uma vez que este ainda tem que continuar cumprindo com o pagamento de benefícios para os aposentados. Não houve o equilíbrio fiscal anunciado pelas reformas. Ao contrário, devido a esses elevados custos houve necessidade de emitir títulos para os Estados se financiarem. E a maioria dos governos exigia que os fundos privados de previdência investissem suas reservas em títulos do Tesouro, o que criou uma dinâmica circular e custosa. Os únicos beneficiários eram as administradoras privadas de fundos de previdência, que lucravam com as taxas administrativas e comissões que cobravam.

Na Bolívia, por exemplo, o custo de transição para o regime de capitalização foi oito vezes superior ao originalmente estimado. Na Argentina, 18 vezes a estimativa original.

---

<sup>2</sup> Ortiz; Durán-Valverde; Urban; Wodsak; Yu. “La Reversión de la privatización de las pensiones: reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones em los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018)”. ESS – Documento de trabajo núm. 63. Departamento de Protección Social. Organización Internacional del Trabajo, 2019.

Na Polônia, o custo acumulado entre 1999 e 2012 foi estimado em 14,4% do PIB e aproximadamente 6,8% do PIB se destinou ao serviço da dívida pública adicional. No Chile, trinta anos depois da reforma, em 2010, os custos de transição representavam 4,7% do PIB.

Não foram, porém, apenas os custos de transição que pesaram no crescimento do déficit público. Surgiram gastos adicionais com medidas compensatórias que os governos tiveram que adotar para cobrir os baixos níveis das aposentadorias do sistema privado. A crise de 2008, por exemplo, teve efeitos negativos nos mercados de capitais e afetou a rentabilidade dos fundos privados de previdência. Em consequência, os níveis das aposentadorias caíram muito abaixo das expectativas fazendo com que os governos tivessem que complementar os valores com recursos públicos. O déficit e a dívida pública alcançaram elevadas cifras. Não houve benefícios tangíveis, mas exatamente o inverso, o que deu lugar ao aumento das desigualdades de gênero e de renda. O sistema de capitalização se tornou impopular e insustentável.

Usando mais uma vez o exemplo do Chile, foi garantido um nível mínimo de retorno sobre os investimentos dos fundos de previdência para compensar as perdas financeiras dos tempos de recessão econômica. Como consequência, os contribuintes chilenos tiveram que cobrir não apenas o alto custo de transição, mas também complementar as aposentadorias extremamente baixas que o sistema privado proporcionava. Em outros termos, a privatização, que havia sido apresentada como o remédio para evitar a crise da seguridade social e garantir um futuro sustentável para as aposentadorias foi um fracasso, porque exacerbou as pressões fiscais na maioria dos países.

O Brasil está na contra mão da experiência internacional. Justamente quando os países, que adotaram o regime de capitalização reconsideraram as vantagens de voltar para o sistema público de aposentadorias, a reforma do governo Bolsonaro nos empurra para o aprofundamento da financeirização da previdência como se oferecesse a última descoberta evolutiva da humanidade. “O desconforto anda solto no mundo”, para quem é capaz de antever o desastre de um sistema condenado e financeiramente insustentável mesmo antes da população envelhecer.